



Luciano Jahneka¹
Carmen Rial¹

RESUMO: Com este texto pretendemos problematizar como se estabelecem relações que já estão colocadas, antes mesmo de um contato entre sujeitos que se reconhecem desiguais. O contexto do futebol profissional tornou exacerbadas relações de oposição que privilegiam a desqualificação do outro, assim passamos a nomear violência como aquilo que tenta impossibilitar a invenção de novas formas de vida. Para isso, recorreremos à noção de amizade para contrapor e romper com o controle exercido pela violência, a qual interrompe com, mesmo que momentaneamente, as relações de poder.

Palavras-chave: Amizade. Violência. Fascismo.

COMO LA VIOLENCIA PUEDE SER UNA FORMA DE VIDA

RESUMEN: Tenemos la intención de discutir la manera de establecer relaciones que ya están colocadas, incluso antes de un contacto entre los sujetos que se reconocen a sí mismos desigual. El contexto del fútbol profesional ha exacerbado las relaciones de oposición que favorecen la descalificación del otro, así que empezamos a nombrar a la violencia como la que intenta impedir la invención de nuevas formas de vida. Para ello, recurrimos a la noción de la amistad para contrarrestar y romper el control ejercido por la violencia, ya que se interrumpe con el, aunque sea momentáneamente, las relaciones de poder

Palabras clave: Amistad. Violencia. Fascismo.

HOW VIOLENCE CAN BECOME A WAY OF LIFE

ABSTRACT: We intended to discuss how to establish relationships that are already placed, even before a contact between subjects who recognize themselves unequally. The context of professional football has exacerbated relations of opposition that favor the disqualification of other, so we started naming violence as which attempts to deprive the invention of new forms of life. For this, we use the notion of friendship to counter and break the control exercised by violence, which interrupts, even momentarily, power relations.

Keywords: Friendship. Violence. Fascism.

¹ Filiação Institucional: Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: jahnecka@ibest.com.br; rial@cfh.ufsc.br

Entre outras atividades, este ensaio começou a ser elaborado para a disciplina “Violência e o outro: discursos e práticas subjetivas e sociais”. Disciplina ministrada no segundo semestre de 2011 no PPG em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina pela Prof^a. Mériti de Souza, a qual agradecemos pela atenção na leitura do trabalho, bem como das colegas Juçara Clemens, Ana Lucia Cintra e Marcelle Emerim.



I

Para o Estado, dentro do Estado, sob o Estado, não-além do Estado, assim começamos a nomear o que pode ser chamado de fascismo. Ao longo do século XX fez sentido questionar uma forma de funcionamento e organização social centrados pelo controle de uma instituição. Como forma de manter o enunciado para não ser esquecido, o fascismo é tomado aqui como uma forma de controle subjetivo dos processos que regulam as liberações e restrições às quais estamos sujeitáveis e nos sujeitando. Isto não significa retornar à culpabilização, porque não se trata de julgar, culpados, inocentes, quem paga ou quem deixa de pagar por seus atos, ou seja, o sujeito como algo passivo que apenas obedece às estruturas e instituições (a escola, a mídia, o Estado, a economia, as leis, a moral). Assim a utilização do fascismo enquanto categoria analítica é a estratégia para atualizar quais processos de subjetivação estão envolvidos na construção da alteridade.ⁱ

O que dificilmente é colocado sob as análises de uma intervenção via Estado é que este ordenamento social se concretiza quando seus atores e agentes colocam em funcionamento uma certa maneira de pensar e agir. Gilles Deleuze (1991) ao assinalar uma dificuldade de criação e inovação pela qual passamos contemporaneamente, permite-nos situar o fascismo como uma forma de atuação no corpo social pela qual quer impossibilitar qualquer movimento fora do previsto: “A censura provoca borbulhamentos subterrâneos, mas a reação, ela quer tornar tudo impossível” (1991, p.118).

Assim, no conhecido prefácio da edição estadunidense de “Anti-Édipo” de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, Michel Foucault considera a obra como uma introdução à vida não-fascista, questionando “o fascismo que está em todos nós, que assombra nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa mesma que nos domina e nos explora” (1991, p. 83). Falar de uma vida não fascista é muito mais dar possibilidades de existência para desejos múltiplos – não aqueles exclusivamente furores consumistas que nos tentam fazer acreditar na concretização de um desejo pela posse –, e menos de se pretender próximo do poder, afinal como Foucault explicita, o fascismo e o stalinismo foram dois momentos que o



poder passou por uma exacerbação de suas relações. Mesmo assim, o exercício do poder se permite ser utilizado por diferentes fins, alternativas às finalidades pelas quais foi investido.

Máquinas de máquinas, operando fluxos e rupturas (cortes), os totalitarismos, alternam do macro ao micro, do micro ao macro. É no fascismo que reside uma necessidade de efetivar uma forma de produção, que não é mais válida entre as possíveis, tampouco a mais legítima, mas justamente a única. O extremo contrário da potência, do desejo, é a implementação daquilo que se poderia chamar de regimes totalitários (Hannah Arendt). Um não-sim para recalcar o desejo. Não através da negação da produção desejante (Deleuze e Guatarri), e o sim por uma produção maquínica.

Frente a este regime de dominação que imobiliza os espaços para uma produção fora de uma ordem maquínica, a alteridade é solapada, classificada, hierarquizada e comparada. Um dos exemplos de imobilidade pode ser pensar o conceito de cultura como reacionário conforme Felix Guatarri e Suely Rolnik (1996). desta maneira a única forma de subjetivação exercida é aquela exercida pelo capital. A cultura cerceia o que está fora e o que está dentro, entretanto inserido em um modelo de pensar a alteridade através de hierarquias, o outro é desconsiderado, quando não repudiado, afastado.

Consideremos a tentativa de minimizar as **invenções** de novas subjetivações como uma violência no seu uso mais recorrente, ou seja, aquela que menospreza as escolhas e modos de viver de uma alteridade qualquer, onde o estranho mais estranho é o outro, figura que não merece atenção. Esta insólita figura também é arremessada para longe quando o uso da identidade pretende determinar quem se inclui e quem se exclui.

Quando Marilena Chauí (2003) torna “mito” a hipótese que refuta o acontecimento da violência no Brasil, recorre ao questionamento da naturalização de certas práticas que tratam seres como objetos. Esta naturalização acarreta na manutenção da ordem imposta onde é possível isolar os sujeitos que dela diferem. Significa que aqueles que estão incluídos nessa lógica obedecem a um certo modo de assujeitamento, portanto vivendo harmonicamente ora sendo afetados por pequenos “desvios” e “desviantes”. Através desta inclusão imposta, muitas vezes nos contra-fluxos de desejos, determinam os bons costumes, os bons valores.



Conforme a relação entre política e ética estabelecida por Marilena Chauí (2003) para tratar da violência existe uma desconsideração da dimensão temporal em determinadas práticas sem passado nem futuro, onde o apelo por ética no país torna a violência despolitizada, tomada como ato, isto é, ao mesmo tempo ignorando quais foram as condições de possibilidade para o seu exercício. Assim, a política é tratada como um mal, restrita as dimensões institucionalizadas pelo Estado.

Neste sentido, a análise de uma institucionalização da política foi feita por Hannah Arendt (1985), dá como acabada a dimensão política pelas experiências totalitárias. A política passa a ser usada como sinônimo de violência e de domínio. Não é difícil perceber como a autora coloca seu esforço em demonstrar como foram se constituindo os argumentos que justificavam o uso da violência e como, segundo ela, a violência passa a ser tratada como um fenômeno. Precisamente na relação com o poder é que cabe a violência estar presente como um instrumento para sua manutenção. Em outros termos, podemos assinalar esta distinção como sendo a violência uma instrumentalização para atingir determinados fins, e nesta relação com o poder, a violência é utilizada quando o poder se enfraquece. Assim, para a autora “falar do poder não-violento é realmente uma redundância” (1985, p.31).

Em certo sentido, tanto Marilena Chauí como Hannah Arendt colocam como questão que envolve a política com a violência certo enamoramento pelo poder na tentativa de manutenção dos processos de subjetivação (dominantes, hegemônicos). Em outros termos, pelo lado de Hannah Arendt, se trata de distinguir a violência do poder e como estes se relacionam nas decisões coletivas, aí a política sendo o consentimento do poder por um grupo de pessoas.

Com a distinção entre violência e poder, Hannah Arendt (1985) passa a analisar o emprego da violência tanto por parte de governos instituídos e institucionalizados nos estados-nações, bem como de grupos que entram em conflito na disputa por poder os quais poderiam ser grosseiramente rotulados de “revolucionários”. Mesmo pensando em um conceito de política no social (público), a autora não se baseia na distinção entre governantes e governados, pois como destaca existe uma confusão entre o fim da política e a política em si, como acontece e quais os seus fins. Uma incapacidade de perceber as conseqüências dos regimes totalitários para a política e o fracasso de sua



implementação divergindo da forma com que nos relacionamos com a política através de escolhas, ou seja, um desuso da política acarreta na desmobilização e ineficácia de mudança e interrompimento dos acontecimentos.

II

Aquilo que se convencionou chamar de preconceito e indiferença, atua através da delimitação dessas relações que privilegiam um eu legítimo e descartam o outro, sendo o outro algo ou alguém inferior, desprezível. O fascismo referido não somente pela relação de dominação e subordinação ao Estado, censuras e punições pautadas no nacionalismo, mas a crítica da violência do outro tratado como objeto, conferindo estreitas possibilidades de processos de subjetivação.

A violência é aqui utilizada como um controle do desejo, como um exercício de personificação das subjetividades, as quais tentam coibir formas de sociabilidade expressas em práticas alternativas a ordem imposta: “É isto o que a crueldade significa; a cultura da crueldade não é um movimento da ideologia mas sim um movimento que mete à força a produção no desejo e, inversamente – igualmente à força –, o desejo na produção e reprodução sociais” (DELEUZE E GUATTARI, 2004, p.149)

Mesmo que se considere uma relação inversa de proporcionalidade de Hannah Arendt entre violência e poder, a política é sustentada pelo poder e não pela violência. Onde há mais violência esvazia-se o poder, assim violência e poder não são incompatíveis, mas também não são complementários nos termos arendtianos. Se analisarmos sob o ponto de vista de subjetividade, a violência exerce sim a manutenção do poder nos regimes de dominação, por recorrer, subterraneamente, a um escamoteamento do controle dos signos, a naturalização da violência nos termos de Marilena Chauí.

No campo esportivo, mais especificamente no futebol, as questões relacionadas à violência vêm sendo pensadas a partir de uma “preocupação” que diz respeito às questões de Estado (segurança pública), como por exemplo, nas alterações dos fluxos urbanos com os grandes eventos esportivos. Além disso, a segurança não se exerce sem



um mínimo de práticas coercitivas e punitivas, mas muito mais sorrateiras são as medidas que se exercem naquilo que se convencionou chamar de “perfil” para o futebol. Este “perfil” relaciona-se por uma clivagem de classe social, gênero, geracionalidade, e embora não tão visível, sexualidade. Desta forma, como é possível tratar da violência como parte constituinte do campo esportivo? E ainda, em que medida violência e poder se relacionam no futebol?

Apoiado em matrizes identitárias como classe social, gênero, geracionalidade, etnia e sexualidade, o perfil é determinado por uma série de medidas as quais vão delimitando quem se quer que esteja presente ou não nas arquibancadas de um estádio. Se trata de configurar um modelo que dificilmente aceita a figura de um “outro” e quando reconhece-o está colocado em uma condição de subalternidade. Fala-se em “perfil” torcedor preparando sua inserção para o consumo nas novas disposições arquitetônicas e segregação por setores compatíveis a capacidade de compra nos estádios de futebol. Assim, combinado com a configuração de um “perfil” que se encontra dividido em pelo menos duas partes (nós e eles, ou vice-versa), a disposição futebolística é operada pela lógica binária de “**jogar contra**”.

A noção de território pode ser entendida em seu sentido vulgar ou costumeiro como a apropriação de um espaço dentro de uma dimensão de tempo, um esforço identitário que tenta capturar o desejo e fazer acreditar na sua paralisação. A começar pela setorialização dos estádios configuradas por alianças que vão formando redes de sociabilidade mais ou menos fixas e constantes dificultando a circulação de um movimento de ir e vir, onde as subjetividades vão aos poucos sendo imobilizadas e formando relações estabelecidas *a priori* nas quais o negro é o outro, o feminino é o outro, a mulher é o outro, o velho é o outro, o pobre é o outro, a bicha é o outro (historicamente avaliados como seres de segunda categoria).

A prática do futebol se exerce em relação de oposição entre duas partes, em geral, o interesse de um é tratado como contrário ao outro, assim não “joga-se com”, mas “contra”. Esta escolha comparativa tem colocado a diferença como subalterna, sendo assim é possível recorrer às relações com a alteridade do trabalho de Tzvetan Todorov (2010). As relações de dominação analisadas pelo autor naquilo que é conhecido historicamente por “descoberta das Américas” são tomadas por diferentes



estratégias. Neste ponto a visibilidade maior reside da “conquista” de novos territórios por duas personagens, Cristóvão Colombo e Hernan Cortez. Na análise do caso de Colombo prevalece a dificuldade de compreender os índios, a personagem não sai de si mesmo, “ver as coisas como lhe convém” (2010, p.60), admitindo ao mesmo tempo como iguais e diferentes no sentido de que colocar em igualdade “os índios” é um modo para subjugar. De maneira bastante diversa, o caso de Hernan Cortez recorre ao domínio dos signos para tentativa de controle das vidas nativas, onde ao mesmo tempo é possível ser exercida admiração e o aniquilamento da vida do outro. Traçar esta composição permite colocar o não reconhecimento de uma constituição estética de vida como válida ou comparável a si.

A identidade como algo que fixa, mesmo que o sujeito esteja atravessado por múltiplas identidades, destaca algumas para deixar outras em segundo plano. Se o desconhecido passa por um reconhecimento, mesmo que trate de sua visibilidade perante um “eu”, este “outro” é menosprezado como um ser de segunda categoria. Uma dificuldade na comunicação e desinteresse são as principais medidas para lidar com a diferença.

De outra maneira, utilizando o caso de Hernan Cortez, existe uma objetificação das produções dos astecas, menos importando sua condição de sujeitos e mais a materialidade de suas vidas. Mesmo que existisse uma admiração, o reconhecimento do outro não passa por sua igualdade em relação ao eu, afinal primeiro foi necessário compreender para em seguida tomar.

III

Logo, como se configura uma dominação ou uma constituição na qual joga-se “contra”? O conhecimento do outro pode tratá-lo como um desconhecido, um ser que não merece atenção, o que legitima ações com efeitos de dominação; ou ainda, o conhecido outro é passível de admiração e até mesmo desejo, sem que para isso seja tratado como um ser equiparável ao mesmo que subjuga.



Afinal, lidar com o território alheio menos do que conquistas de “novos” territórios, se trata de transformar tal qual este espaço-tempo habitado pelo outro em algo próximo ou idêntico consigo. Em face a ideia de colonização como quem coloca a seu serviço certas normas e desejos, o outro é permanentemente tratado como uma ameaça e um inimigo em potencial, assim a transformação do outro em um mesmo (igualdade diferenciada) é a maneira pela qual é possível passar a dominar um território. A construção do outro neste sentido se realiza por uma desqualificação de códigos e condutas.

Assim a configuração do “contra” no espaço futebolístico considera certos sujeitos mais visíveis e visibilizados, como os torcedores e os jogadores, os quais exercem uma educação que fornece códigos, condutas e regimes de sociabilidade próprios. Como componente de um estilo de vida, o tema da violência toma contato em pelo menos dois pontos com o futebol neste momento: um primeiro que diz respeito às próprias práticas que relacionam os agentes neste espaço; e outra que se refere à forma com que o grupo regula quem faz parte ou não deste processo de subjetivação (delimitações de identidade).

Em uma pequena entrevista intitulada “Da amizade como modo de vida”, Michel Foucault (1981) atribui uma relação que não tem forma, necessita ser inventada, à amizade. Citando o exemplo de uma relação homossexual que não se baseia apenas pelo ato sexual, a amizade seria “a soma de todas as coisas por meio das quais um e outro podem se dar prazer” (1981, p.38). Ao considerar esta invenção de uma relação de amizade, o autor coloca a dimensão de um prazer recíproco, construído, no entanto, quando a violência é colocada nos termos do futebol, a figura do outro é desqualificada, desprezada e necessariamente uma busca por sua “dominação”.

Em uma relação nomeada por amizade onde as relações de poder não estão isentas, o outro é colocado como igual a mim, e assim, idêntico a si mesmo. Uma sutil diferenciação na qual existe o estabelecimento uma relação onde o cuidado com o outro é tomado como o cuidado consigo mesmo. Se a relação de amizade é como uma forma a ser inventada, a violência pode ser descrita como uma relação que já está dada. Assim, a amizade pode ser uma forma de resistência ao desestabilizar os regimes de dominação



exercidos pela violência. Seu controle só pode ser curto-circuitado quando é envolvido em meio ao poder.

Conforme a ideia de poder em outro escrito de Foucault (1999), no qual o autor refuta a ideia do poder pertencer a algo ou alguém, como por exemplo institucionalizado pelo Estado, e investe na posição de relações nas quais o poder é colocado em disputa. Justamente porque o poder é relacional existe a possibilidade de diminuir uma condição de “dominação” – relação referida pelo autor por “estados de dominação” e “práticas de liberação”.

Se o exercício de “dominação” promovido pelas práticas no contexto do futebol menospreza a figura do outro, a violência deve ser combatida através das relações de poder, e não com o poder, reafirmando a distinção feita por Hannah Arendt (1985) entre violência e poder. É um caminho muito mais sincero para aqueles sujeitos que gostam tanto de futebol embora se encontrem em um lugar ainda pouco aceito neste espaço.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. *Da violência*. Trad. Maria Claudia Drummond Trindade. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

CHAUÍ, Marilena. Ética, Política e Violência. In: CAMACHO, Thimóteo (org.). *Ensaio Sobre a Violência*. Vitória: EDUFES, 2003.

DELEUZE, Gilles. Mil platôs não formam uma montanha, eles abrem mil caminhos filosóficos. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (org.). *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Holon Editorial, 1991. pp. 115-126.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *O Anti-Édipo*. Capitalismo e esquizofrenia. 4ed. Trad. Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Anti-Édipo: uma introdução à vida não-fascista. In: ESCOBAR, Carlos Henrique de (org.). *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Holon Editorial, 1991. pp. 81-84.

GAI PIED. De l'amitié comme mode de vie. Entrevista Michel Foucault a R. Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, *Gai Pied*, Paris, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DE COMO A VIOLÊNCIA PODE SE TORNAR UM MODO DE VIDA

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*, Cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 4ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

Recebido em: 13/04/2012
Aprovado em: 10/05/2012